

INVESTIGADOR FERNANDO DIOGO SOBRE DADOS DO EUROSTAT QUE PERMITEM LIGAR RISCO DE POBREZA AO PESO DO SETOR

“O turismo não é tão bom para o comum dos mortais”

POBREZA. Açores surgem com maior taxa de risco do país, seguidos por Madeira e Algarve. Fernando Diogo diz que é preciso diversificar economia.

Os Açores são a região do país com maior risco de pobreza, de acordo com uma publicação do Eurostat divulgada quinta-feira, que também permite estabelecer uma ligação entre o fenómeno e a predominância do setor turístico.

No território continental português, a região que surge com maior risco é o Algarve, que tem 20% da população nesta situação. Os Açores apresentam uma percentagem mais elevada, de 26,1%, tal como a Madeira (24,8%).

As Canárias, região espanhola também fortemente turística, regista cerca de 26% de pessoas em risco de pobreza.

A nível europeu, a Itália tem as três regiões NUTS III com o pior cenário. Duas destas, Sicília e Campania, apresentam-se com cerca de 38 e 36% de risco de pobreza, respetivamente. Também nessas regiões o turismo é um setor com peso considerável na economia.

O professor da Universidade dos Açores e investigador do CICS. Nova, Fernando Diogo, lembra, em declarações ao DI, que o turismo representa muitas vezes baixos salários, associados a “penosidade” nas tarefas e à sazonalidade, que pode ser encarada como “outra forma de precariedade”.

“O turismo é muito bom para os proprietários, para aqueles que estão em cargos dirigentes, mas para o comum dos mortais não é assim tão bom”, resume.

Nos Açores, a atividade turística junta-se a outras com o mesmo perfil de problemas. “As atividades que são

predominantes na economia açoriana, como a agricultura, as pescas um bocadinho e a construção civil também bastante, têm características que facilitam a existência de um grande número de trabalhadores pobres”, afirma o investigador.

TRABALHADORES, MAS POBRES

Cerca de um em cada quatro açorianos confronta-se com o risco de pobreza. “A maior parte destas pessoas ou são crianças, ou são reformados, ou são trabalhadores pobres. Aqueles que não o são representam uma fração pequena no contexto. Não temos 25% dos açorianos em casa a olhar para o boneco”, deixa claro Fernando Diogo.

O sociólogo lamenta que esse discurso esteja a invadir o domínio político, o que não é um exclusivo dos Açores. “Ainda há pouco tempo ouvi um deputado da Assembleia Regional da Madeira a associar a pobreza à pobreza de espírito, ignorando que a maior parte dos pobres são pessoas que trabalham habitualmente, com baixos rendimentos. A maior parte são trabalhadores efetivos e a outra parte são trabalhadores precários”, aponta o professor da Universidade dos Açores. Rejeita, porém, que “tudo esteja mal” com o setor turístico, mas avisa que é necessário apostar na diversificação da economia. “O turismo tem um lado negro e esta questão de não contribuir para contrariar a pobreza, de gerar um número elevado de trabalhadores pobres, é uma parte significativa disso, do que se designa por turistificação (aspectos negativos do turismo)”, vinca, rejeitando “um conjunto de discursos que só veem o lado positivo do turismo”. “Também é preciso discutir os efeitos negativos para minimizá-los”, alerta Fernando Diogo: “Os Açores não podem substituir a monocultura da vaca pela monocultura do turismo e a questão não está no turismo em si, mas em diversificar a economia açoriana, para não colocarmos todos os ovos no mesmo cesto. E, naturalmente, pagar melhores salários é uma questão muito relevante”.

O DI noticiou ontem declarações do economista Camilo Moniz, que li-



dera a Ordem dos Economistas nos Açores e defende que o arquipélago tem registado um grande desenvolvimento económico no setor do turismo, nos últimos anos, mas que é preciso encontrar um equilíbrio.

“É óbvio que o grosso do desenvolvimento económico tem sido feito pela agropecuária e pelo turismo, que é um fator de entusiasmo para muitos empresários, mas que também traz

um conjunto de desafios, em termos sociais e económicos. Encontrar o equilíbrio é difícil, mas tem de haver essa preocupação”, alertou.

PIB E REALIDADE SOCIAL

Também esta semana, foram divulgados dados preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INE), que revelam que o crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) nos

Açores em 2023 foi de 3,4%, superior à média nacional, de 2,5%.

Segundo o INE, nos Açores, na Madeira e no Algarve, o acréscimo real do PIB foi fruto sobretudo dos setores do comércio, transportes, alojamento e restauração, fazendo-se sentir a influência da atividade turística.

Já o Plano Regional Anual para 2025, documento que acompanhou o Or-

ção da riqueza, que é universal, mas que pode ser maior ou menor em função das especialidades produtivas das economias locais”, refere.

No contexto nacional, os Açores são, atualmente, a região com maior desigualdade de distribuição de rendimento.

“Há margem neste momento, claramente, para aumentar os rendimentos salariais e, por essa via, reduzir

PROFESSOR DA UAÇ DEFENDE MEDIDA NA REGIÃO

Sistema público de creches

O professor da Universidade dos Açores Fernando Diogo sublinha que, para além de aumentar salários e reformas, reduzir o risco de pobreza nos Açores também passa por políticas públicas e pelo funcionamento do Estado.

“Para o caso dos trabalhadores são muito importantes as medidas que ajudem à conciliação trabalho/família, que, por um lado, permitam aos que estão a trabalhar uma maior facilidade em desempenhar as suas tarefas e reduzir os seus custos e, por outro lado, tornem possível aos que estão à procura de emprego terem outra elasticidade para o fazer”, explica.

O investigador sublinha a “importância da universalização das creches” e de apostar num sistema público de creches que complemente o sistema social e privado nos Açores.

Outro problema que tem “vindo a ganhar volume de uma forma gritante” no país e na Região é o da habitação, refere. “Está a ter um efeito que vai muito além das pessoas em situação de pobreza e que está a afetar toda a sociedade. O Estado tem de intervir mais na habitação, e não apenas para as pessoas em situação de pobreza, mas, inclusive, para as classes médias”, recomenda o sociólogo.

“No caso dos Açores, nota-se a olho nu que há uma enorme dificuldade. O problema da habitação tem impactos sistémicos, junto dos mais vulneráveis, mas também da classe média. Muitas pessoas estão a adiar, por exemplo, a decisão de ter filhos”, lembra.

“O índice sintético de fecundidade nos Açores já está abaixo da média nacional, quando foi sempre mais elevado. A média nacional é 1,4 e a dos Açores é 1,3. Para haver substituição das gerações é preciso 2,1”, exemplifica Fernando Diogo.

çamento da Região, refere que o perfil produtivo dos Açores na última década mostra uma “clara trajetória de especialização em atividades do turismo”.

O turismo é responsável por 14% do VAB regional total, “tendo quase triplicado o seu valor na última década (+174% entre 2011 e 2022)”.

O VAB (Valor Acrescentado Bruto) é entendido como o resultado de uma atividade produtiva ao longo de um determinado período.

“Em 2024, à semelhança do verificado em 2022 e 2023, as atividades de comércio e turismo têm permanecido como motor da economia dos Açores”, aponta o documento.

Fernando Diogo assinala que “o facto de existir mais riqueza não significa que esta vá parar às mãos das pessoas de uma forma igual”.

“Há uma desigualdade da distribui-

a pobreza. Tem um efeito imediato. Outro efeito, é por via das reformas”, afirma o investigador do CICS.Nova. O Eurostat contabilizou, em 2023, 71.7 milhões de europeus em risco de pobreza, o que corresponde a uma percentagem de 16,2%.

As maiores proporções de risco de pobreza são encontradas na Guiana francesa, “onde mais da metade (53,0%) das pessoas estavam em risco de pobreza, seguida pela Calábria (40,6%) e Sicília (38%) na Itália”, indica o Eurostat.

“Em contraste, 26 regiões registaram percentagens abaixo de 10%. A região romena de Bucuresti-Ilfov teve as menores taxas de pessoas em risco de pobreza (2,1%), à frente da região italiana Provincia Autonoma di Bolzano/Bozen (3,1%) e da região belga Prov. Oost-Vlaanderen (5,4%)”, refere.

